

USO DO TERRITÓRIO, MODERNIZAÇÕES, DESIGUALDADES SOCIAIS E QUESTÃO AMBIENTAL NO MARANHÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-EMPÍRICAS DE UMA AGENDA DE PESQUISA

USE OF TERRITORY, MODERNIZATIONS, SOCIAL INEQUALITIES AND ENVIRONMENTAL ISSUES IN MARANHÃO: THEORETICAL-EMPIRICAL APPROXIMATIONS OF A RESEARCH AGENDA

Cristiano Nunes Alves¹
Adriana Maria Bernardes da Silva²

RESUMO: O presente artigo apresenta, em linhas gerais, o problema teórico-empírico de uma pesquisa em andamento sobre o estado do Maranhão. O território usado situa-se como categoria central da proposta que almeja analisar e discutir o processo de modernização e o aprofundamento das desigualdades, dando ênfase ao período atual, pois é quando se alargam os contextos da globalização no campo e na cidade. O conjunto de eixos analíticos envolve de um lado o avanço do agronegócio e as redes logísticas e, de outro, o processo atual de urbanização de São Luís do Maranhão. A questão do planejamento urbano-regional e ambiental perpassa transversalmente a pesquisa, posto que estamos indagando as ações do Estado, das corporações e da sociedade civil organizada. Há um território sendo usado como recurso pelas corporações e sendo praticado como abrigo pela sociedade local. Todo esse movimento se dando sob intenso conflito e contradições.

Palavras-chave: Uso do território. Modernizações. Desigualdades. Maranhão.

ABSTRACT: This paper presents, in general, the theoretical-empirical problem of an ongoing research on the state of Maranhão. The territory used is located as a central category of the proposal that aims to analyze and discuss the modernization process and the deepening of inequalities, emphasizing the current period, as this is when the contexts of globalization in the countryside and in the city are broadened. The set of analytical axes involves, on the one hand, the advancement of agribusiness and logistics networks and, on the other, the current urbanization process in São Luís do Maranhão. The issue of urban-regional and environmental planning cuts across the research, since we are investigating the actions of the State, corporations and organized civil society. There is a territory being

¹ Professor Doutor Adjunto do curso de Geografia e do PPGE da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordenador do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento-MARIELLE. E-mail: cris7cris7@yahoo.com.br.

² Professora do curso de Geografia e do PPGE da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: abernar@ige.unicamp.br.

used as a resource by corporations and being practiced as a shelter by the local society. This whole movement was taking place under intense conflict and contradictions.

Keywords: Use of territory. Modernizations. Inequalities. Maranhão.

INTRODUÇÃO

A complexidade da realidade maranhense exige uma análise do território contemporâneo, problematizando os nexos entre os processos de modernização (seletivos e contraditórios), os impulsos globais e a produção de desigualdades sociais e ambientais³. Trata-se de um esforço em busca de um novo significado para o termo modernização, que dê conta de enfrentar os problemas urbanos e rurais, sociais e ambientais, em busca de usos menos desiguais do território, comprometidos com a vida dos lugares e de seus sujeitos.

Consideramos que o espaço geográfico seria formado, tal como propõe M. Santos (1997, p. 51), “por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. É desse partido metodológico que buscamos levantar indagações sobre os conteúdos do Maranhão contemporâneo. Segundo M. Godelier (1974, p. 131) “construir um conceito é distinguir e definir os problemas visados e recolocá-los numa ordem que os tornem inteligíveis e solúveis. É produzir uma problemática teórica”.

Fundamental à problematização, conforme Santos e Silveira (2003, p. 20), a categoria território usado aparece como sinônimo de espaço geográfico, apontando para “a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território.” Segundo M. Santos (1997, p. 232): “A utilização do território pelo povo cria o espaço” por meio de duas dimensões: a da tecnosfera, a dimensão da materialidade, do mundo físico e dos objetos, em geral associada à demandas externas ao lugares e a da psicosfera, a dimensão imaterial, dos fluxos informacionais, da ideias, crenças, paixões e ideologias, lugar da criação de valores e hábitos. Próximo dessa perspectiva, para N. Smith (2012; 1988 [1984], p. 123) a produção do espaço deriva da integração entre vida material e consciência: “a produção do espaço (...) implica na produção do significado, dos conceitos e da consciência do espaço que estão inseparavelmente ligados à sua produção física.”

Procura-se, assim, por meio da investigação acerca dos usos do território no Maranhão, erigir pontes entre a teoria e a concretude de objetos e ações, o empírico em suas contradições, possibilidades e lutas políticas (RIBEIRO, 2003), focando a análise do território visto como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS *et al.*, 2000, p. 3).

Malgrado o poder desigual de cada um de seus agentes, o território usado é “um quadro de vida” (SILVEIRA, 2011, p. 35), pois abriga a todos e guarda a marca de seu tempo. A esse respeito, lembra Santos (1994, p. 115) que devemos ter “consciência da época em que vivemos” marcada pelo crescente papel da informação, tornada força motriz, “variável chave” configurando o período do meio-técnico-científico-informacional, “a cara geográfica da globalização” capitalista.

Apresentamos as bases dessa investigação sobre a geografia da contemporaneidade maranhense em dois momentos: primeiro propomos uma periodização para o território usado, destacando os processos de modernização e a criação de desigualdades, tentativa de refletir sobre os nexos entre a formação socioespacial brasileira e o que chamamos

de contexto maranhense, esforço aproximativo em relação às situações geográficas (SILVEIRA, 1999; CATAIA; RIBEIRO, 2015) abrigadas no estado, a serem analisadas.

Em um segundo momento, problematizamos a difusão seletiva do meio geográfico e o planejamento territorial plural no Maranhão. Tem-se aqui, menos que um esforço conclusivo, uma apresentação de questões associadas a uma reflexão maior dinamizada por meio do projeto em andamento: em que medida os lugares e os seus sujeitos podem fazer parte da construção de um outro futuro, perseguidor de usos menos desiguais do território?

DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA AO CONTEXTO MARANHENSE: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO PARA O TERRITÓRIO, AS MODERNIZAÇÕES E AS DESIGUALDADES

As modernizações sucessivas que redefinem a formação socioespacial (SANTOS, 1977) brasileira têm sido, indubitavelmente, pontuais, seletivas e, em geral, alheias às demandas da vida nos lugares.

Assentadas, pois, numa concepção estreita de desenvolvimento, tido como sinônimo de crescimento econômico (FURTADO, 1964, 1974), tal modernização seletiva (SOUZA, 2000), em geral servil à racionalidade do centro do sistema capitalista, implica na produção e na reprodução de desigualdades sociais e ambientais, manifestas, entre outros, no esgarçamento do tecido social e no exaurimento dos recursos naturais.

No caso do Maranhão, em distintos períodos históricos – seja durante o período de colonização, seja em meio ao desenvolvimentismo, ou no período de imposição neoliberal delineado desde os anos 1990 –, o apoio à ideologia da modernização tem sido uma das mais relevantes forças reprodutoras de uma realidade espacial caracterizada por uma pobreza estrutural aguda associada à uma estrutura oligárquica e patrimonialista.

A partir de uma periodização geral proposta para enfrentar a análise do território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2003), buscamos um esquema de método que nos permita refletir a formação regional do Maranhão, com ênfase no período atual. No Quadro 1 apresentamos uma primeira versão de nossa periodização.

Quadro 1. Território e sociedade – da formação socioespacial brasileira ao contexto maranhense
- Uma proposta de periodização para as modernizações

Período (SANTOS; SILVEIRA, 2003)	Formação socioespacial brasileira	Contexto maranhense
<p>“Passado longo e sua herança”</p> <p><i>...meados do Século XIX</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Baixa densidade técnica ❖ Tardia difusão maquinica ❖ Escravidão; lei de Terras 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Frentes distintas de ocupação do território ❖ Economia - exploração de produtos primários (cana-de-açúcar, algodão ou babaçu) ❖ Implicação - Posição periférica maranhense – Exceto na vaga do algodão (final do Século XIX)
<p>“Dinâmica de um país que industrializa”</p> <p><i>Início do Século XX</i></p> <p>–</p> <p><i>Anos 1940</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Complexo cafeeiro paulista e sua hinterlândia ❖ Concentração da produção industrial no eixo Rio-São Paulo 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Divisão técnica e territorial do trabalho = Exportação de bens primários (caso do arroz) para o sudeste do país ❖ Integração e circulação - Plano Rodoviário do Maranhão

continua

continuação

Período (SANTOS; SILVEIRA, 2003)	Formação socioespacial brasileira	Contexto maranhense
<p>“Dinâmica de um país unitário”</p> <p>Anos 1940 - Anos 1970 <i>Período do meio-técnico-científico informacional</i> (SANTOS, 1994)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Projeto Estatal - integração nacional = Ideário desenvolvimentista ❖ Urbanização brasileira ❖ Circulação material e imaterial 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Ideologia da modernização; questão regional ❖ Adensamento da ocupação territorial - Projetos de colonização ❖ Macrossistemas técnicos - Porto de Itaqui ❖ Densidades normativo-institucionais - Inserção do estado na Amazônia Legal (Lei Federal nº 1806/1953) - Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.
<p>“Superposição da dinâmica globalizadora”</p> <p>Anos 1980...</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ “Agravam-se as diferenças e disparidades” no campo e na cidade. ❖ Poder da informação ❖ Imposição das práticas e dos discursos neoliberais – privatizações ❖ “Desintegração competitiva” – Afrouxamento do pacto federativo e guerra dos lugares ❖ Eixos de desenvolvimento – Investimentos em espaços luminosos 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Urbanização maranhense e metropolização ludovicense; pobreza urbana ❖ Agudas desigualdades - Seletividade territorial ❖ Afirmação do papel subordinado do território maranhense frente às dinâmicas nacionais e internacionais. ❖ Projeto minero-metalúrgico da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ❖ Avanço do agronegócio globalizado ❖ Conflitos socioterritoriais e degradação ambiental

Fonte: elaboração própria

Não obstante a pujança da questão, nosso levantamento documental e bibliográfico preliminar demonstra que a problemática das modernizações e das desigualdades no Maranhão é tema relativamente pouco estudado pela geografia brasileira, urgindo produzir interpretações acerca das dinâmicas socioterritoriais e ambientais do estado.

Se, como propõem Santos e Silveira (2003), o processo - conflituoso, contraditório, inacabado e insuficientemente estudado - de modernização territorial brasileira, permite periodizações, buscando as distintas camadas de tempo e as rupturas abrigadas no espaço, cumpre, então, articular variáveis da história territorial e da contemporaneidade maranhense aos processos edificadores das vagas modernizantes em escala nacional. Tem-se, assim, a proposta de se entender o território maranhense por meio das mediações da formação socioespacial brasileira.

A esse termo, os três séculos marcados pela colonização com “contribuição relativamente pequena de recursos da técnica” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 250) e pela difusão das técnicas maquinicas, desde meados do Século XIX, indicam que, no Maranhão, o “passado longo e sua herança”, resultam em um processo de ocupações em frentes distintas (CORRÊA, 1976; CABRAL, 1992; TROVÃO, 2008), associadas à exploração de produtos primários, tais quais a cana-de-açúcar, o algodão ou o babaçu (CARVALHO, 2015). Exceção para um breve momento de crescimento econômico atrelado à produção algodoeira no final do Século XVIII (FURTADO, 2005 [1958]), afirma-se paulatinamente a posição periférica maranhense no contexto da formação socioespacial brasileira.

Em um período posterior, pautado “na dinâmica de um país que industrializa” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 251) e iniciado com o Século XX, enquanto a “acumulação da produção industrial” encontra como lócus preferencial o eixo Rio-São Paulo, o Maranhão se insere na divisão técnica e territorial do trabalho em escala nacional baseado na economia primária,

exportando, entre outros, arroz para o sul-sudeste do país (MALUF, 1977) em condições de extrema exploração do trabalho. Nesse contexto, as vagas modernizantes abrigadas no território maranhense apontam para a ação do Estado procurando adensar a malha viária, por meio da implementação do Plano Rodoviário do Maranhão (FERREIRA, 2008)⁴.

Já um terceiro período corresponde à “dinâmica de um país unitário” grosso modo, ínterim entre a Segunda Guerra Mundial e a afirmação no Brasil do período do meio-técnico-científico-informacional nos anos 1970 (SANTOS, 1994). Alicerçado no entendimento de que a integração não se faz sem a circulação (CATAIA, 2006), ganha força a difusão do projeto Estatal de integração nacional conforme o ideário desenvolvimentista (FERNANDES, 1975; IANNI, 1977; SOUZA, 2000), complementando-se os sistemas de transporte, de energia e de telecomunicações, e, afirmando-se a melhoria das redes de informação. Nesse período, no Maranhão, a ideologia da modernização viria a apoiar-se, entre outros, em projetos de colonização (FERREIRA, 2008) e na construção do Porto de Itaqui; nos lastros normativo e institucional representados pela inserção do estado na Amazônia Legal (Lei Federal nº 1806/1953) e pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.

Por fim, assinala-se o fato de, no Brasil, a partir dos anos 1970, mas sobretudo nos anos 1980, começa a tomar corpo a “superposição da dinâmica globalizadora”, período este que:

...não apaga o resto do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações característicos do novo tempo. Agravam-se as diferenças e disparidades, devidas, em grande parte, aos novos dinamismos e a outras formas de comando e dominação. Onde carregava a indústria esse papel motor, agora é a informação que ganha tal poder. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 253)

Assim, no Brasil, já na segunda metade dos anos 1980, avoluma-se o processo de imposição das práticas e dos discursos neoliberais (BRANDÃO, 2007, 2008), que implicará, posteriormente, na “desintegração competitiva” (ARAÚJO, 1999, 2000) da federação, tornando-se corolário modernizante o investimento em áreas já inseridas na racionalidade globalizante. Tal processo, acaba por reforçar desigualdades, contexto no qual, não por acaso, o Maranhão, seguindo uma tendência da Amazônia (BECKER, 1988, 2004), em virtude das contradições associadas a projetos pautados na seletividade territorial, - caso este do projeto minero-metalúrgico da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) -, passa, cada vez mais, a ser o lócus do conflito socioterritorial e da degradação ambiental (ALENCAR; RODRIGUES, 2008; FERREIRA, 2008; BOTELHO, 2010; MATTOS JUNIOR, 2010; CARVALHO; CIDADE, 2011; BEZERRA, 2011; BURNETT, 2012; ARAÚJO; MARTINS, 2016).

Toda a força fragmentadora neoliberal, responsável por esgarçar o pacto federativo, consolida-se durante os anos 1990, amparada no conluio entre um Estado que se quer mínimo, em capitais privados e nas privatizações. Conforma-se um conjunto de políticas alheias à dinâmica dos lugares, vertidas pois, exclusivamente, ao escoamento de mercadorias sob os auspícios da ideia de “eixos de desenvolvimento” (GALVÃO; BRANDÃO, 2003; CANO, 2011).

Assim sendo, cerne de nossa proposta, acompanhando a lógica globalizante em questão, reforça-se, a partir dessa década de 1990, por meio de amplas e contraditórias espessuras modernizantes, o papel subordinado do território maranhense frente às dinâmicas nacionais e internacionais.

Tais fatos e reflexões fazem com que nos perguntemos sobre o significado que as modernizações e as novas formas de comando e dominação assumem em tempos recentes no Maranhão. No plano

conjuntural, parece que estamos a tatear em busca de um novo significado para o termo modernização, que dê conta de enfrentar os problemas urbanos e rurais, sociais e ambientais, em busca de usos menos desiguais do território. No plano estrutural, uma ampla crise societária, consonante a uma “era da indeterminação” (OLIVEIRA, 2007, p. 43), aponta para territórios se tornando os depositários de formas-conteúdo criadoras de regiões fragmentadas entre pontos luminosos das redes globais e imensos espaços opacos, zonas de sombra de difícil apreensão, onde se trava a luta lugarizada e cotidiana pela produção, reprodução, sobrevivência e resistência.

Procurando refletir sobre os conflitos e as contradições entre as demandas modernizantes e a dinâmica dos lugares, lembramos Santos (1997), para quem uma entrada analítica dar-se-ia a partir das horizontalidades, vetores de proximidade, e das verticalidades, imposições de lógicas externas.

Trata-se, portanto, de uma entrada de método para investigar a ampla e profunda desigualdade socioterritorial e ambiental maranhense, expressa, entre outros, na pobreza, no desemprego e na crise fiscal e urbana, constituindo, assim, todo um perverso estado de coisas, diretamente ligado à histórica cristalização do poder oligárquico e à correlata exploração do trabalho e, agora, articulado ao adensamento das modernizações abrigadas no estado, no período da sobreposição da dinâmica globalizadora.

Ora, no Maranhão a renda per capita de R\$ 597, 00 representa a menor cifra entre todos estados da federação, enquanto a pobreza atinge 52,4% da população do estado (IBGE, 2017). Por outro lado, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2016), a taxa de analfabetismo no estado é de 19 %, bem acima da média nacional de 9%. No referente aos nexos entre desigualdade e questão ambiental no Maranhão, assinala-se que apenas 13,9% dos domicílios servem-se de rede de esgoto, ao passo que apenas 76% da população recebe coleta diária de lixo (CENSO, IBGE, 2010).

Assim, meditando sobre o embate entre a dinâmica dos lugares e as ordens e imposições alhures, processo este aprofundador da fragmentação territorial, de direta correspondência com modernizações seletivas, ressaltamos a importância da produção, do acúmulo e da difusão de conhecimento sobre essa realidade extremamente desigual, propondo a investigação de um conjunto empírico manifesto no Maranhão desde os anos 1990. Trata-se de um recorte teórico-empírico que permitirá alinhar nossa problematização acerca da contemporaneidade desse território e dessa sociedade tratando dos seguintes temas: i) modernizações seletivas, globalização e dinâmica territorial no Maranhão; ii) modernização agrícola, agronegócio, conflitos e resistências no campo maranhense; iii) o uso corporativo do território e a economia política da cidade: os dois circuitos da economia urbana ludovicense; iv) planejamento territorial, ocupações urbanas e patrimônio no centro histórico de São Luís; v) circuitos culturais na Região Metropolitana de São Luís; vi) produção e circulação de informação na Região Metropolitana de São Luís; vii) implicações ambientais das modernizações no Maranhão (eixo que se subdivide no tema das Unidades de Conservação, e do Espaço e condicionantes de vulnerabilidades).

DA DIFUSÃO SELETIVA DO MEIO GEOGRÁFICO AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL PLURAL NO MARANHÃO

A difusão seletiva do novo meio geográfico se associa à ampliação da divisão territorial do trabalho e implica numa maior cooperação entre os fatores de produção dispersos no território, criando-se uma maior dependência dos fatores de circulação para viabilizar os circuitos globalizados e, por conseguinte, o uso corporativo do território.

A atual especialização e segmentação do território nacional (além das históricas desigualdades), bem como sua extensão de proporções continentais, influem na definição, instalação e ritmo dos “circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação no território” (SANTOS, 1988).

Santos (1988) caracteriza os circuitos espaciais de produção como “as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”. Os círculos de cooperação, por sua vez, permeiam os circuitos espaciais produtivos, sendo formados, sobretudo, por fluxos imateriais: finanças [créditos, leasing, empréstimos etc.], informação [propaganda, royalties, patentes, franquias, consultorias, prestadores de serviços logísticos etc.]. Existiam círculos de cooperação em outros períodos, mas atualmente estes ganham força e maior racionalidade com a globalização. Controlados em grande parte pelas grandes empresas, tais círculos contribuem enormemente para o alargamento dos contextos.

Nessa via, podemos problematizar a dinâmica atual dos circuitos espaciais da produção (da soja, dos recursos energéticos, da economia urbana, entre outros) e seus desdobramentos ambientais fruto das modernizações no Maranhão. Conforme Moreira (1997), o aumento da produtividade capitalista acompanha-se pelo aumento da exploração do trabalho e da natureza, implicando na degradação ambiental, que se faz *pari passu* à criação de desigualdades.

Isto posto, meditando sobre a ação de poderes hegemônicos no Maranhão, nos cabe indagar: como se constituem os espaços da globalização nos territórios periféricos? Como e por que determinados territórios nacionais acolhem, reproduzem e contradizem esta universalização do capital, do consumo, do crédito, das ideologias? Quais mediações se articulam entre o lugar e o mundo para a realização dos eventos da globalização? Conforme se complexiza a dialética da modernização entre o interno e o externo, o Estado e o Mercado e o velho e novo (SANTOS, 1985) é importante considerar a mediação, fundamental, das formações socioespaciais, para enfrentarmos as explicações particulares.

A partir da década de 1980, conforme Ribeiro (1991) emerge mais claramente no território brasileiro um novo tipo de poder (e novas práticas de exercício do poder) incidente sobre o território e a sociedade e inscrito entre três esferas: i) do mercado (envolvendo a proliferação das técnicas da gestão); ii) do marketing político; iii) da indústria cultural, da publicidade e do marketing.

Tais esferas tornaram-se polos dinâmicos da acumulação e com elas se reafirmaram, na visão da autora, tendências à desorganização, ao desenraizamento cultural e à integração incompleta de segmentos de classe e lugares à modernização capitalista no país (RIBEIRO, 1991).

Trata-se do contexto no qual foram criadas novas densidades e rarefações (e um conjunto de situações intermediárias) em função das modernizações que, no período contemporâneo, continuam por acirrar as desigualdades sociais e ambientais no Maranhão.

Frente a essa realidade, tecida pelo imbricamento entre as esferas política, econômica, cultural e ambiental do território, entendemos que para cada um de nossos eixos de análise abrigados no Maranhão não podemos perder de vista o conflito entre poderes hegemônicos e ordens tornadas subalternas no contexto da globalização, mas, sobretudo, o modo como essas forças incrustadas aos lugares buscam alternativas para a sobrevivência, resistindo às imposições alhures.

Próximo dessa perspectiva, Furtado (2000, p. 9) defende a ideia de que o freio ao avanço da padronização imposta pela racionalidade econômica “virá de fatores culturais, pois não será surpresa se grupos de populações lutarem para preservar suas raízes culturais e valores específicos.”

Na contramão de um planejamento racionalizado e à serviço de poucos estratos sociais Monteiro (2007, p. 52), propõe um planejamento como instrumento de libertação, “(...) uma ação capaz de criar ruptura, crise nas estruturas atuais buscando um novo rumo, uma nova sociedade”.

Outrossim, afirmamos a urgência em se considerar o planejamento, e, por conseguinte, a diligência dos lugares, uma tarefa de toda a sociedade, não apenas uma tarefa estatal e muito menos corporativa. Endossa tal posicionamento, Souza (2004, 2006) ao afirmar ser o planejamento uma pesquisa social aplicada, que deve buscar a mudança tanto na teoria quanto na prática⁵. O autor supracitado nos fala de um planejamento baseado na autonomia dos sujeitos, condição e resultado de uma verdadeira democracia, pois plena de vitalidade, fundada em sujeitos que dão a si mesmos as suas próprias leis.

A firmeza da ação dos geógrafos não significa impor uma visão de mundo aos interlocutores e à população em geral, mas ouvir estes sujeitos, tentar deles extrair a sua visão de mundo, considerando o senso comum e o conhecimento indisciplinado que anima a vida dos lugares, manifesto, entre outros, em suas informações nutridas de cotidiano (SILVA, 2005, 2010; ALVES, 2015a) e no seu modo de produzir a arte e a cultura, associando a estética e a política (ALVES, 2014, 2015b).

Eis aqui um caminho de método e metodológico para internalizar e dar potência ao saber dos lugares. Trata-se de uma vasta e importante agenda de pesquisa que esperamos poder contribuir.

NOTAS

3 No presente artigo apresentamos em linhas gerais o escopo teórico-metodológico da agenda de pesquisa desenvolvida desde o início do ano de 2019 em torno do Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia - Período 2019-2024), composto pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, da Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual de Campinas. Por meio dessa proposta de trabalho, busca-se viabilizar a realização de uma série de ações de cooperação entre os Programas de Pós-Graduação envolvidos, incluindo um conjunto de procedimentos metodológicos, apoiado em pesquisas científicas integrando vários níveis acadêmicos (iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado), prevendo missões de estudo, missões de pesquisa, missões de ensino, realizações de estágios no exterior, realização de pesquisas de pós-doutoramento, publicações conjuntas e organizações de eventos científicos. Compõe-se, assim, um amplo espectro de ações acadêmico-científicas, visando atingir os objetivos do presente programa de cooperação, almejando o diálogo entre as equipes participantes e, sobretudo, o fortalecimento da formação dos pesquisadores envolvidos através da elaboração de uma leitura geográfica da realidade contemporânea maranhense por meio da noção de uso do território, sinônimo de espaço geográfico (M. Santos, 1997).

4 Segundo A. J. Ferreira (2008, p. 128), visando “assistir à agricultura, ao comércio e principalmente facilitar o escoamento da produção”, o Plano Rodoviário do Maranhão foi parte dos esforços resultantes da criação do Departamento de Estradas de Rodagem (Decreto Lei 405/1940).

5 A esse termo, merece menção igualmente S. Fainstein (2000).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. A. G.; RODRIGUES, S. J. D. Implicações e instabilidade de um Maranhão sojicultor. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, ano 07, n. 13, p. 103-111, 2008.

- ALVES, C. N. O abrigo de informações ascendentes na Região de Campinas: as rádios livres e a versão periférica da dinâmica urbana. **GEographia**, v. 34, p. 186-206, 2015b.
- ALVES, C. N. **Os circuitos e as cenas da música na cidade do Recife: o lugar e a errância sonora**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - IG-Unicamp, Campinas, 2014.
- ALVES, C. N. Quando as ruas abrigam a arte: a cena hip hop no Recife (1980-2014). **Confins: Revue Franco-brésilienne de Géographie**, v. 25, p. 1, 2015a.
- ARAÚJO, H. de F.; MARTINS, C. C. (orgs). **Memórias de lutas: a criminalização dos defensores de direitos humanos**. São Luís: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, 2016.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAN: FASE, 2000.
- ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.
- BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 50, p. 99-125, 1988.
- BECKER, B. Geopolítica da soja na Amazônia. **Revista Idéias e Debates**, Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT, n. 8, 2004.
- BEZERRA, B. R. R. Patrimonialismo e pobreza: aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI. **InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 1, n. 1, p. 191-211 jan./jun. 2015.
- BEZERRA, J. F. R. **Geomorfologia e reabilitação de áreas degradadas por erosão com técnicas de bioengenharia de solos na Bacia do Rio Bacanga, São Luís – MA**. 2011. 249 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2011.
- BOTELHO, R. E. P. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico-informacional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- BRANDÃO, A. C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Revista O&S**, v. 15, n. 45, abr./jun., 2008.
- BRANDÃO, A. C. **Território e desenvolvimento**. Campinas: Edunicamp, 2007.
- BURNETT, F. L. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: Ed. UEMA, 2012.
- CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.
- CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 27-53, nov. 2011.
- CARVALHO, F. C. de. **Políticas de desenvolvimento regional-territorial e governança: uma análise recente sobre o Estado do Maranhão (Brasil)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.
- CARVALHO, F. C. de; CIDADE, L. C. F. Grandes projetos, gestão do território e efeitos ambientais no Maranhão. **Espaço & Geografia**, v. 14, n. 1, p. 29-51, 2011.
- CATAIA, M. A. A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na região Centro-Oeste do Brasil durante o regime militar. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218 (22), 2006.
- CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-**

- graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 9-30, jan.-jun. 2015.
- CORRÊA, R. L. A cidade de São Luís. **Boletim Geográfico**, v. 34, n. 250, p. 61-111, 1976.
- FAINSTAIN, S. S. New Directions in Planning Theory. **Urban Affairs Review**, v. 35, n. 4, p. 451-78, 2000.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERREIRA, A. J. de A. **Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade São Paulo, São Paulo, 2008.
- FERREIRA, A. J. de A. Uma interpretação geográfica para São Luís. **Revista GEOUSP**, n. 7, p. 51-58, 2000.
- FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 [1958].
- FURTADO, C. O fator político na formação nacional. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 7-12, 2000.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GALVÃO, A. C. F.; BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. p. 187-205.
- GODELIER, M. **Rationalité & irrationalité en économie**. Paris: François Maspero, 1974.
- GOMES, J. P. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.
- GOMES, J. P. Síntese histórica da formação urbana de São Luís. **Revista FIPES**, São Luís, v. 3, n. 2, jul./dez. 1988.
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**. 2017.
- IDEB. **Índice Brasileiro de Educação Básica**. Brasília: INEP, 2016.
- MALUF, R. S. **A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão**. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.
- MATTOS JÚNIOR, J. S. **O entroncamento das políticas agrárias no Maranhão: encontros e desencontros institucionais na Microrregião geográfica de Itapecuru Mirim**. 2010. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2010.
- MOREIRA, R. Mudanças ambientais globais, questões ambientais globais. In: I ENCONTRO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA DA BAHIA, 1., 1997, Salvador, Bahia. **Anais [...]**. Salvador, Bahia, 1997.
- MONTEIRO, C. M. G. O planejamento: algumas considerações. **Etc..., Espaço, Tempo e Crítica**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, v. 1, n. 1 (2), p. 40-54, 2007.
- OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-48.
- PETRUS, J. K. B.; PEREIRA JUNIOR, M. V. A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 9, n. 2, p. 170-189, ago. 2015.

- RIBEIRO, A. C. T. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. *In: PIQUET, R. RIBEIRO, A. C. T (orgs.). Brasil: território da desigualdade.* Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- RIBEIRO, A. C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. *In: SOUZA, M. A. de. et al. Território brasileiro: usos e abusos.* Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 29-40.
- RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. *In: SILVA, C. A. da. Território e ação social: sentidos da apropriação urbana.* Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. p. 19-34.
- SANTOS, L. E. N. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luís. sobre verticalização e desigualdades socioespaciais (2000-2010).** 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2013.
- SANTOS, M. A formação socioespacial como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. *et al.* **O papel ativo da geografia, um manifesto.** Texto apresentado no XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000. 13 p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro-RJ: Record, 2003.
- SILVA, A. M. B. **As grandes cidades e o período popular da história: contribuições ao debate.** Texto apresentado no III Encontro com o Pensamento de Milton Santos. Salvador, 2005. 17 p.
- SILVA, A. B. A cidade de São Paulo e os círculos de informações. **Ciência Geográfica**, Bauru: AGB, ano 14, v. 14, n. 1, p. 24-30, jan./dez. 2010.
- SILVEIRA, M. L. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. *In: SILVA, C. A. da. Território e ação social: sentidos da apropriação urbana.* Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. p. 35-51.
- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano 4, n. 6, p. 21-27, 1999.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 (1984).
- SMITH, N. L'avenir est radicalement ouvert. *In: COLLOQUE INTERDISCIPLINAIRE ORGANISÉ PAR LE LABORATOIRE ANALYSE COMPARÉE DES POUVOIRS*, 2012, Paris. **Anais [...]**. Paris: Université Paris-Est Marne-la-Vallée, 2012. 8 p.
- SOUZA, J. **A modernização seletiva.** Brasília: EdUNB, 2000.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SOUZA, M. L. **A prisão e a agora.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense.** São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5).